



**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
SUL E SUDESTE DO PARÁ (UNIFESSPA): análise do perfil socioeconômico dos
discentes do programa permanência 2016.**

**THE STUDENT ASSISTANCE POLICY IN THE FEDERAL UNIVERSITY OF
SOUTH AND SOUTHEAST OF PARÁ (UNIFESSPA): analysis of the socioeconomic
profile of the students of the 2016 stay program.**

Aline Tarcila De Oliveira Lima

Universidade Federal Do Pará(UFPA)

RESUMO:

A política de Assistência Estudantil é parte de uma construção histórica e coletiva, está indissociável do processo de democratização do ensino superior no Brasil, e intrínseca na estruturação de uma universidade mais democrática e pluricultural. Desenvolve-se a partir do reconhecimento que a sociedade brasileira possui elevada iniquidade e é marcada por desigualdades econômicas, sociais e políticas. Como outras políticas, a de educação insere-se em estratégias de hegemonia atrelada a projetos societários contraditórios, o que as tornam políticas seletivas e focalizadas ao modelo neoliberal. Com a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a UNIFESSPA passou a desenvolver programas e estratégias para promover ações que garantissem a permanência, participação e conclusão dos cursos de graduação. Este trabalho propõe analisar o perfil dos discente que são contemplados com os auxílios do Programa Permanência, caracterizando especificidades e diferenças socioeconômicas, e os resultados contribuem para analisar como a PNAES está sendo implementada na UNIFESSPA.

Palavras-chave: Assistência Estudantil. Política Pública. Programa Permanência.

ABSTRACT

The Student Assistance policy is part of a historical and collective construction, it is indissociable from the process of democratization of higher education in Brazil, and intrinsic in the structuring of a more democratic and pluricultural university. It develops from the recognition that Brazilian society has high inequality and is marked by economic, social and political inequalities. Like other policies, education is embedded in strategies of hegemony linked to contradictory societal projects, which make them selective policies focused on the neoliberal model. With the implementation of the National Program of Student Assistance (PNAES), UNIFESSPA started to develop programs and strategies to promote actions that guarantee the permanence, participation and completion of undergraduate courses. This work proposes to analyze the profile of the students that are contemplated with the Permanence Program, characterizing socioeconomic specificities and differences, and the results contribute to analyze how the PNAES is being implemented in UNIFESSPA.

Keywords: Student Assistance. Public Policy. Permanence Program.



1 INTRODUÇÃO

A formação sócio histórica da sociedade brasileira tem em seu cerne a reprodução das desigualdades nos seus mais diferentes âmbitos da nossa conjuntura. Camadas dominantes dos países centrais desenvolveram um processo colonizador que constituiu um sistema social marcado por desigualdades socioeconômicas e um sistema patrimonialista. No que tange ao acesso à educação formal, esta política pública tornou-se um desafio, já que sofre rebatimentos desencadeados pelas ofensivas do grande capital, pautados pela mercantilização das políticas públicas.

O presente artigo tem como proposta refletir o perfil socioeconômico dos discentes da UNIFESSPA beneficiados pela Política de Assistência Estudantil no ensino superior, tendo como premissa à luz da compreensão de que a política de educação é um direito do exercício da cidadania e desenvolve processos emancipatórios, faz mister destacar que esta política, com o avanço do neoliberalismo:

Há uma reinversão da prioridade dos investimentos públicos das áreas sociais para as áreas produtivas, o neoliberalismo teve um forte impacto sobre a educação. Isso porque as políticas educacionais, enquanto políticas sociais, perderam recursos onde o neoliberalismo foi implantado, agravando as condições de seu financiamento (OLIVEIRA, 2010, p. 8).

A política de assistência estudantil enquanto política social é operacionalizada pelas instituições públicas de educação, tendo como finalidade a garantia da permanência dos discentes de nível superior que apresentam situação de vulnerabilidade social¹, por meio de mecanismos que objetivam reduzir as desigualdades sociais garantindo a permanência até a conclusão de sua diplomação de forma satisfatória.

A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará foi criada pela lei nº. 12.824, de 5 de junho de 2013 por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA, até a data da sua criação a Política de Assistência Estudantil era desenvolvida pela UFPA com sede em Belém do Pará, e contava com uma equipe técnica multidisciplinar itinerante responsável pela logística de análise documental, entrevistas e visitas domiciliares. Com a nova configuração da UNIFESSPA, foi redesenhado novos departamentos e foi constituída uma equipe própria para atuar na Política de Assistência Estudantil mediante o estabelecimento de um conjunto de princípios e diretrizes que direcionam a implantação de ações objetivando garantir o acesso, a

¹ Segundo Monteiro (2011, p. 34) o termo vulnerabilidade social “se constitui como construção social, enquanto produto das transformações societárias, assumindo diferentes formas de acordo com os condicionantes históricos. Essas transformações acabam por desencadear fundamentais mudanças na esfera da vida privada, acentuando fragilidades e contradições”.



permanência e a conclusão de cursos de graduação de Instituições Federais de Ensino Superior (IFEs) com a perspectiva de garantia “da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida” (FONAPRACE, 2012). É importante destacar que a UNIFESSPA desenvolve esta política em um período relativamente curto, e que os avanços/ inovações estão em constante desenvolvimento e aprimoramento pela equipe técnica.

A política de Assistência Estudantil tem suas bases legais na Constituição Federal que estabelece no seu artigo 206 “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988), e a Lei de Diretrizes e Bases, a qual apresenta como prerrogativa a igual oportunidade para todos, e por meio de reivindicações e fortalecimento de lutas pela educação pública em 2010 foi implementado o decreto N° 7.234/2010 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil, que demarca uma conquista para a garantia da política de educação e para os movimento sociais no sentido de institucionalizar o direito à permanência.

O trabalho possui como perspectiva para o seu desenvolvimento, o direcionamento pela pesquisa quanti e qualitativa, privilegiando o levantamento bibliográfico e documental. A pesquisa bibliográfica se constituiu em analisar autores que discutem a política de educação e a operacionalização do programa de assistência estudantil nas IFE’s tendo como referência o viés democrático e a redução de desigualdades sociais. Na pesquisa documental foi realizada a análise do documento Diagnóstico da Assistência Estudantil² 2016, elaborado pela UNIFESSPA, que contém dados relevantes essenciais para compreender o perfil dos estudantes que acessam os programas de permanência nesta universidade.

Este trabalho está estruturado em quatro partes. Primeira, traz uma breve análise da trajetória da assistência estudantil nas IFE’s, demonstrando as conquistas que resultaram na implementação deste programa. A segunda parte aborda as modalidades e os auxílios desenvolvidos pela UNIFESSPA, apontando os critérios de seleção e como se configuram hoje as ações de assistência estudantil. Na terceira parte é realizado uma análise documental,

² A pesquisa foi desenvolvida em setembro de 2016 pela equipe técnica da Diretoria de Assistência Estudantil e foi delineada por meio de formulário eletrônico disponibilizado aos discentes de cursos regulares da UNIFESSPA, no qual estes são beneficiários do Programa Permanência. Foram respondidos 253 questionários, representando cerca de 50% dos estudantes beneficiados pelo Programa. Com questões objetivas e subjetivas, dentre outros aspectos, o formulário abrangeu o perfil dos estudantes, os serviços oferecidos e a equipe técnica. Os dados foram sistematizados no programa Excel 2010, onde foram realizadas análises descritivas dos mesmos.



afim de aferir o perfil dos discentes que recebem os auxílios da UNIFESSPA, identificando qual o público alvo atendido pela política, seguido das considerações finais.

2 BREVE ANÁLISE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA.

No Brasil, a política pública de educação ainda vem percorrendo uma trajetória de reconhecimento de direitos, já que por décadas o ensino superior público foi acessado majoritariamente por grupos específicos pertencentes a grupos dominantes da nossa sociedade. Ao longo dos tempos, foram sendo construídas legislações que dedicavam maior atenção para o acesso da educação e a permanência. Segundo Silveira (2012) há registros que desde as primeiras universidades brasileiras, já era desenvolvido algumas ações de assistência estudantil, como casas de estudantes, programa de bolsas, descontos ou isenção nos Restaurantes Universitário entre outros.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, vários direitos foram estabelecidos, e no seu artigo 205 a educação é entendida como direito de todos e dever do Estado, tendo como base o princípio da igualdade para o acesso na escola. No mesmo ano é criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, grupo que se caracteriza pelo fortalecimento, reivindicação e consolidação da política de assistência estudantil para as universidades públicas (SILVEIRA, 2012, p.12).

Em consonância com este direcionamento a Lei de Diretrizes e Bases aprovada em 1996, possui mecanismos que asseguram a assistência estudantil, com destaque para o artigo 3º, no qual dentre outras leis e planos, posteriormente contribuirá para o desenvolvimento de outros princípios legais. Portanto, o acesso e a permanência se expressam em legislações norteadas pela igualdade e imprimem um viés democrático, nesse sentido contribui Alves:

A busca da redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade brasileira. Essa democratização não se pode efetivar apenas mediante o acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que garantam a permanência dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso (2015, p. 6).

Os desdobramentos das reuniões do FONAPRACE resultaram na construção de documentos e pesquisas acerca do diagnóstico do perfil dos discentes nas IFE's, e pode mensurar a importância de políticas de assistência estudantil nas universidades, as quais se



baseiam em mecanismos mais eficazes para garantir condições de permanência e a conclusão do curso, nesse sentido em 2007 foi elaborado o plano nacional de assistência estudantil objetivando definir e nortear a criação de programas e projetos a serem desenvolvidos em 10 áreas³, para serem executados pelas próprias instituições, e também em 2007, “o Ministério da Educação aprovou a Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, para as universidades federais, sendo este reafirmado por meio do Decreto nº 7234, de 10 de julho de 2010” (ALVES, 2012, p 12).

As políticas de assistência estudantil são construídas como instrumento de garantia de democracia no acesso à educação e são desenvolvidas no mesmo período da inserção das políticas de ações afirmativas, pautadas em processos de ampliação, reestruturação e criação de novas vagas nas universidades públicas. Essas ações permitiram o ingresso de grupos que não adentravam tradicionalmente nas universidades, nesse sentido Piovesan expõe:

As ações afirmativas, como políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado discriminatório, cumprem uma finalidade pública decisiva ao projeto democrático, que é a de assegurar a diversidade e a pluralidade social. Constituem medidas concretas que viabilizam o direito à igualdade, com a crença de que a igualdade deve se moldar no respeito à diferença e à diversidade (2006, p. 5).

Diante deste cenário, a necessidade de criação de políticas de assistência estudantil é justificada com o ingresso de novos perfis de discentes por meio de ações afirmativas, tendo em vista que, proporcionar apenas o ingresso não cumpriria a finalidade dessas ações, sendo o acesso democrático e a igualdade e oportunidades, ou seja, a assistência estudantil vem assegurar de forma imprescindível a participação em maior grau, objetivando garantir a conclusão dos cursos de graduação de forma satisfatória aos discentes que possuem baixa renda e situação de vulnerabilidade social.

3 PERFIL DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIFESSPA

Os programas de assistência estudantil na UNIFESSPA se desenvolvem por meio de diferentes modalidades e por meio de auxílios financeiros e tem como finalidade garantir a permanência dos estudantes. Estes programas são apresentados em forma de edital ou por meio de instruções normativas e apresentam critérios de seleção que normatizam o acesso.

³ As áreas da assistência estudantil foram definidas em: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (PNAES, 2010).



Pautado nesta concepção e nas orientações do PNAES a UNIFESSPA desenvolve ações institucionais direcionadas a equidade de oportunidades e melhoria de condições socioeconômicas dos discentes e prioritariamente aqueles, cujas as condições apresentam-se como barreira para garantia da permanência e um melhor desempenho acadêmico. Estas ações ocorrem estruturados em três eixos: Programa de Integração e Vivência Estudantil, Programa de Acolhimento Estudantil e o qual é objeto deste trabalho; o Programa de Apoio e Permanência. Este último objetiva apoiar estudantes por meio de auxílios financeiros a discentes em situação de vulnerabilidade social e se desdobra nos seguintes auxílios: Moradia, Permanência; Creche, Intervalar e Auxílio Emergencial.

Com metas de garantir igualdade de oportunidades e ampliar as condições de participação, a PNAES estabelece condicionalidades que se materializam em critérios para a seleção de discentes que receberão os auxílios. Desta forma, como principal critério de participação nos auxílios, os discentes devem comprovar renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio; outra exigência comum entre as universidades que desenvolvem os programas de assistência estudantil, é a condicionalidade acadêmica; no qual o discente deve manter bom desempenho acadêmico comprovado por meio de histórico acadêmico. Esta exigência funciona como “contrapartida”, ou seja, o discente precisa atingir bom desempenho para garantir a continuidade do auxílio. Estes critérios acabam por reforçar a compreensão de que o discente está em situação de assistido, beneficiário, ou é recebedor de benesses do Estado, e não como titular de direitos conquistados e que ainda estão em processo de consolidação. Nessa perspectiva Pinheiro (2016, p. 3) ratifica:

A presença deste mecanismo assistencial nas políticas sociais, atestando o “grau” de carência, risco, vulnerabilidade econômica e pobreza determinada basicamente por triagens economicistas, que passa ser a principal preocupação que ratifica o ingresso do discente dentre o aparato das exigências institucionais.

No que diz respeito a seleção dos discentes, para além do critério de renda, também é atribuído pontuações aos discentes, estas comprovadas por documentações e identificadas por meio de entrevista e/ou visita domiciliar, essa pontuação se estabelece por meio de características socioeconômicas (renda familiar per capita, forma de ingresso, situação de moradia – se reside ou não com o núcleo familiar, se é beneficiário de programas sociais), além dessas, há também indicadores que tem por finalidade se aproximar da realidade e de especificidades regionais vivenciada pelos discentes, atribuindo pontos para situações específicas como: vínculo empregatício dos provedores; relação interpessoal entre o provedor e os dependentes; se há segurança de habitação; perda ou fragilidade de vínculos de afetividade /relacionais; de pertencimento e sociabilidade; dificuldade de acesso à



universidade; discentes em situação de vulnerabilidade social referente aos seguintes aspectos: étnicos-raciais, gênero, sexualidade entre outros. Esse mecanismo é utilizado para realizar o ranqueamento entre os discentes inscritos para a seleção, organizando-os em ordem decrescente, os que estiverem com maior pontuação indicará “maior grau de vulnerabilidade”, desta forma direcionar o público prioritário e realizar uma “justa” distribuição dos auxílios disponíveis.

A utilização de pontuação para o estabelecimento de uma ordem, contraria a proposta que as políticas sociais imprimem, que é a ampliação do direito, já que com os recursos cada vez mais reduzidos, se faz necessário realizar triagens para que os mais “necessitados” sejam contemplados com os auxílios, tendo em vista que, o número de auxílios é inversamente proporcional ao número de inscritos, uma grande quantidade de discentes que não serão contemplados devido sua baixa pontuação irá compor um cadastro reserva para possíveis ofertas de auxílios, ou estes discentes acabarão sendo excluídos da seleção, restringindo a garantia do direito. Behring e Boschetti (2011) aprofundam acerca do acesso aos direitos:

A tendência geral têm sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais — a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países — em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização (p.156).

É nesse espaço contraditório, sem a coexistência entre universalidade e o projeto neoliberal, que se pauta lutas por diversos movimentos sociais, para a socialização da riqueza, com a finalidade de universalização dos direitos, e para que a política de educação seja um campo do exercício de cidadania, da liberdade e de processos emancipatórios.

4 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS DISCENTES CONTEMPLADOS COM O PROGRAMA PERMANÊNCIA DE 2016.

No ano de 2016 a Pró-Reitoria de Extensão PROEX-UNIFESSPA, por meio de edital disponibilizado em sistema gerencial via internet, disponibilizou 580 auxílios, distribuídos em três auxílios: Permanência Moradia e Creche. Após o resultado final deste edital, 253 discentes beneficiados participaram da pesquisa desenvolvida pela PROEX-UNIFESSPA e o resultado deste estudo culminou na elaboração de um diagnóstico acerca do perfil dos destinatários da política de assistência estudantil, no qual este trabalho propõe realizar um

debate acerca de qual perfil socioeconômico os programas estabelecidos nesta universidade atendem, considerando que as dificuldades de permanência são de diferentes ordens e natureza e as instituições precisam estar preparadas para receber esse novo perfil e as novas realidades gestadas na nossa atual conjuntura.

Em relação a faixa etária dos estudantes contemplados com os auxílios, o gráfico 1 demonstra que a faixa etária predominante está situada entre 20 e 24 anos, cerca de 60%; já o menor público, os discentes com até 34 anos representam cerca de 5%, é possível identificar que o ingresso mais tardio destes discentes ainda demonstra pequeno avanço, sendo um grupo com realidades diferenciadas, como por exemplo formação de um núcleo familiar, ingresso precoce no mercado de trabalho entre outras situações, este grupo busca por meio da educação a possibilidade de ocupar um espaço social altamente excludente e ascensão social.

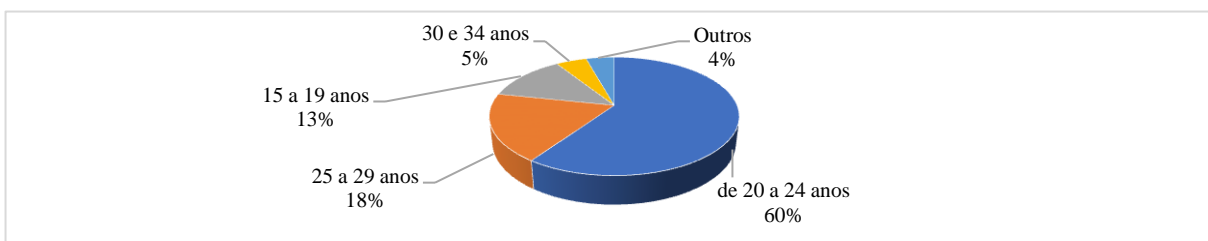


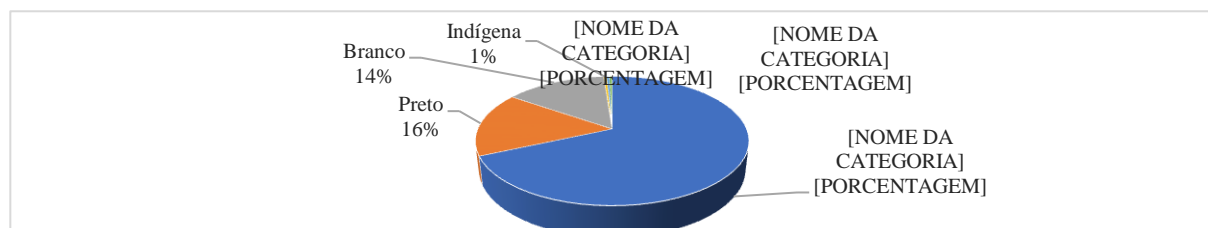
Gráfico 1- Faixa etária dos discentes beneficiados com o programa Permanência em 2016.

Gráfico 1- Faixa etária dos discentes.

Fonte: UNIFESSPA

Em relação ao aspecto étnico-racial é predominante o número de discentes que se autodeclararam preto ou pardo, somando 84% do total dos discentes atendidos, este dado é um fato importante a ser registrado, pois aponta para um avanço, considerando que a participação de pessoas negras no ensino superior era muito baixa em relação à proporção desse grupo na população. Este dado também registra que as políticas de ações afirmativas para negros se apresentam como experiências bem-sucedidas, já que neste gráfico a representatividade da maioria negra sendo contemplada com auxílios está atrelada a duas situações nesse contexto: as novas políticas para o ingresso e a permanência, está última se apresenta como um meio de que o direito não se limite apenas ao acesso à graduação.

Gráfico 2- Raça/cor da pele dos discentes beneficiados com o programa Permanência em



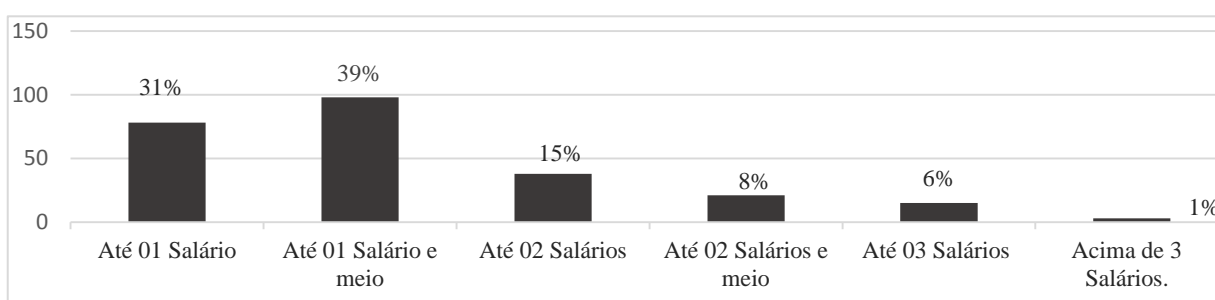
2016.

Gráfico 2- Raça/cor dos discentes atendidos pelo Programa Permanência 2016.

Fonte: UNIFESSPA.

Em relação a renda identificou-se que 39% dos discentes atendidos pela assistência estudantil apresentam renda familiar total de até um salário mínimo e meio, e 31% até um salário. Esse dado nos permite compreender que 70% dos discentes possui uma renda baixa e está abaixo do que o decreto do PNAES estipula, pois é exigido que a renda familiar per capita seja de até um salário e meio. Aponta também um dado importante: a maioria dos discentes atendem ao “perfil de renda” como condicionalidade para a seleção dos discentes que irão receber os auxílios, e tendo em vista que os recursos para esta política estão cada vez mais escassos, e há uma incompatibilidade entre o número de auxílios e o número de inscritos, desta forma as seleções serão moldadas pelo uso da seletividade e sendo focalizadas aos discentes “mais necessitados”, e grande parcela de discentes não irão se apropriar da política de assistência estudantil.

Gráfico 3. Renda familiar total dos discentes beneficiários de auxílios da assistência estudantil



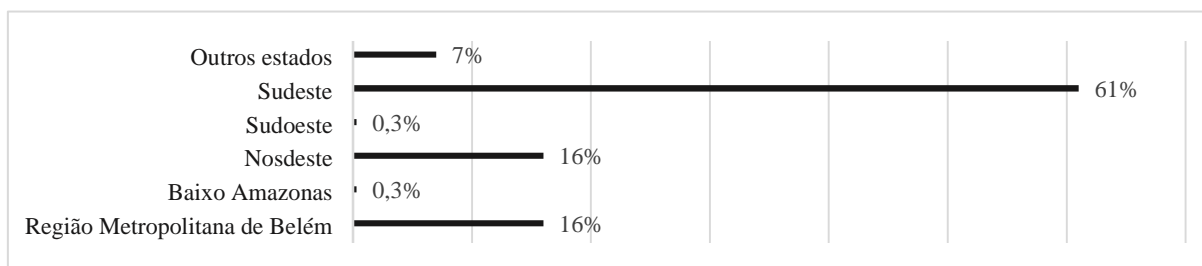
da UNIFESSPA 2016.

Gráfico 3- Renda familiar total dos discentes beneficiários pela assistência estudantil na UNIFESSPA em 2016.

Fonte: UNIFESSPA.

Ao cruzar está informação com a origem dos discentes (ver gráfico 4), na qual aponta que 39% são de outros municípios ou outros estados, possibilita inferir que muitos estudam em cidades diferentes das que vivem o seu núcleo familiar, o que acarreta maiores gastos econômicos com a manutenção de aluguéis de moradias, alimentação e outras despesas, além de que, muitos discentes passam a residir sozinho e/ou com colegas, corroborando para situações novas e específicas que precisam ser analisadas, como solidão, isolamento, adoecimento mental, entre outras. Embora, a política seja destinada a auxiliar financeiramente os discentes para a conclusão da graduação, é necessário que a política não esteja atenta apenas ao viés econômico, é indispensável que seja analisado de forma sincrônica com os aspectos psicossociais e pedagógicos.

Gráfico 4. Origem dos estudantes beneficiários dos auxílios da assistência estudantil da



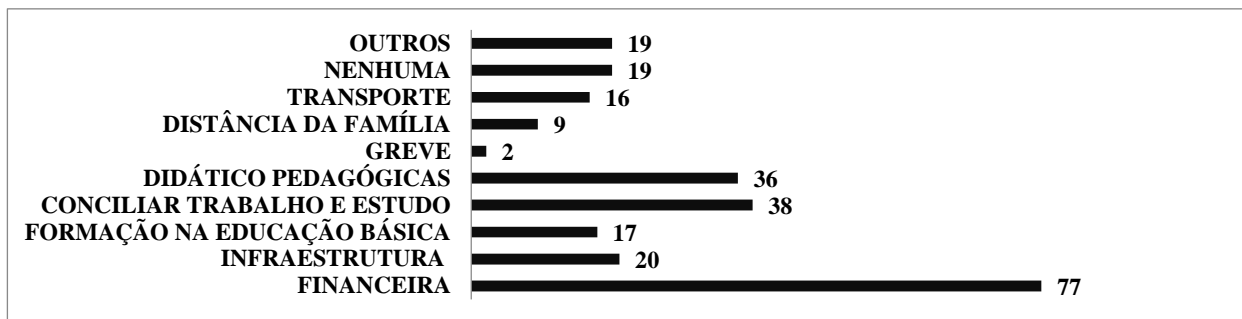
UNIFESSPA em 2016 - por mesorregião.

Gráfico 4. Origem dos estudantes beneficiários de auxílios da assistência estudantil da Unifesspa em 2016.

Fonte: UNIFESSPA.

Dentre as estratégias de permanência na PNAES, está a oferta de condições para alimentação e moradia, estas duas estratégias ainda não são realidades em muitas universidades, sendo que, na UNIFESSPA a construção do Restaurante Universitário já está em processo de execução da obra, e em relação a moradia, a universidade não dispõe de casa de estudante.

Gráfico 5. Principal dificuldade encontrada em relação a graduação pelos estudantes



beneficiários de auxílios da assistência estudantil da UNIFESSPA 2016.

Gráfico 5. Dificuldades em relação a graduação pelos estudantes beneficiários de auxílios em 2016.

Fonte: UNIFESSPA.

Os discentes responderam sobre as suas maiores dificuldades enfrentadas na graduação, no qual parcela significativa – 77 discentes, responderam que a maior dificuldade é a financeira, mas é necessário destacar, que um número considerável de discentes apontaram problemas em relação a questões pedagógicas e dificuldades em conciliar trabalho e estudo, sendo 36% e 38% respectivamente. Em relação a conciliar trabalho e estudos, o auxílio permanência tem papel fundamental para que haja o apoio financeiro aos discentes que no periodo da graduação não optarem por trabalharem, ou mesmo aqueles que possuem estrutura curricular de seus cursos em horário integral, o que reduz as chances de até mesmo o discente



acessar bolsas de pesquisa, monitoria ou extensão, atividades estas que garantem maior condições de qualificação acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo refletir e analisar como está configurada a política de assistência estudantil na UNIFESSPA, o estudo reflete uma compreensão provisória, já que é necessário desenvolver novos estudos a partir deste ou concomitante a este, tendo em vista que a realidade é dinâmica, e é necessário levar em consideração principalmente que a PNAES é uma política recente, e especialmente na universidade na qual o estudo se limitou, esta política vem sendo realizada em um curto período de tempo.

Os resultados identificados na pesquisa relativos a este trabalho demonstraram que: a) os discentes beneficiários da assistência estudantil na UNIFESSPA em 2016, tem faixa etária predominante entre 20 e 24 anos; b) em relação a raça/cor 84% se autodeclararam preto ou pardo, o que reflete o crescimento do acesso à educação por meio das políticas de ações afirmativas para negros; c) em relação a renda, 70% dos discentes tem renda familiar total de até um salário mínimo e meio, são estudantes de baixa renda, em que, está renda fica bem abaixo a renda máxima per capita exigida pela PNAES para o acesso nos auxílios; d) em relação a origem dos discentes, parcela significativa são oriundos da mesorregião paraense, e 39% são de municípios diferentes do qual fica localizada a universidade, isso é um dado significativo, já que os discentes que se deslocam de suas residências para cursar graduação experimentam realidades diferenciadas, que podem ter influências na vida acadêmica (solidão, isolamento, dificuldade em relações interpessoais entre outros); e, e) acerca das dificuldades enfrentadas em relação a graduação, a maior é a situação financeira, que é responsável por garantir alimentação, transporte, moradia, saúde etc., fato que impacta diretamente na permanência no ensino superior e que reforça a importância da política de assistência estudantil como instrumento de garantia para conclusão do curso de forma satisfatória.

Diante dos dados apresentados é importante destacar que a política de assistência estudantil, tem vários desafios, pois com o processo de democratização principalmente após as transformações na educação nos últimos anos, e com o aumento de vagas, houve maior inserção da população brasileira no ensino superior, e um dos desafios é avançar para além de questões economicistas o que prioriza apenas a vida acadêmica, considerando-se que a permanência não está limitada apenas ao aspecto financeiro, aspectos como saúde, questões didáticos-pedagógicas, pertencimento, espaços de permanência, creche entre outros, são



situações específicas que atingem muitos brasileiros que permanecem excluídos do direito a educação, no entanto, o papel das políticas públicas é garantir a universalidade do acesso à educação.

Na perspectiva da execução da política de assistência estudantil é importante destacar a inserção do Assistente Social na educação, posto que a categoria profissional busca estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de ampliar a garantia dos direitos fundamentais e individuais dos usuários, como preconiza o Código de Ética do/a Assistente Social (Lei 8662/93). Esta política é um desafio profissional, pois diante dos processos de seleção, é o assistente social que irá viabilizar o direito, e com o contingenciamento dos recursos para a política de assistência estudantil e das condicionalidades impostas pelo PNAES, cada vez mais um alto número de discentes ficam “descobertos” deste direito, em detrimento dos discente “mais necessitados” como público prioritário, o que viola a garantia de direitos, além de reforçar cada vez mais políticas pautadas na seletividade e avessas a universalidade.

Com isso, a luta pela política de educação precisa ser fortalecida, e a política de assistência estudantil enquanto política social se faz necessário garantir o aumento dos investimentos, para que esta seja aprimorada e que alcance discentes que apresentem realidades além das exigências e condicionalidades impostas por editais pautados pela perspectiva economicista, mas sim direcionados pela ampliação do direito, com um número de auxílios crescente, com o objetivo de garantir a formação de cidadãos qualificados e competentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Jolinda de Moraes. **A Assistência Estudantil no âmbito da Política de Educação Superior Pública**. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n1_Jo.htm>. Acesso em 23 de fevereiro de 2017.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9ª Edição.v2. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL, Lei n. 9.394, de 29/12/96 – **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação**.

Diagnóstico da Assistência Estudantil 2016. Disponível em: <https://proex.unifesspa.edu.br/images/conteudo/proex/Editais/Diagnostico_Assistencia_estudantil_na_Unifesspa_2016.pdf>. Acesso em 03 de janeiro de 2017.



FONAPRACE, Plano Nacional de Assistência Estudantil, 2012.

Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.mec.gov.br/>. Acesso em 26 de fevereiro de 2018.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Revista Sociedade em Debate**. Pelotas, 17(2): 29-40, jul.-dez./2011.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: Adão F. de Oliveira; Alex Pizzio; George França. (Org.). **Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas**. Editora da PUC Goiás, 2010, páginas 93-99.

PINHEIRO, Ellana Barros, **O caráter das Políticas de Assistência Estudantil nas Universidades Públicas**. Revista Mundi Sociais e Humanidades. Curitiba, PR, v. 1, n. 2, 11, jul./dez., 2016.

PIOVESAN, Flavia. **Ações afirmativas e direitos humanos**. REVISTA USP, São Paulo, n.69, p. 36-43, março/maio 2006.

SILVEIRA, Míriam Moreira da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Universidade Católica de Pelotas Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais, Mestrado em Política Social, Pelotas, 2012.